

Originais recebidos em 10/02/2022. Aceito para publicação em 01/07/2022.

Avaliado pelo sistema *double blind peer review*. Publicado conforme normas da ABNT.

Open access free available online.

DOI: <http://dx.doi.org/10.35700/2359-0599.2022.16.3375>

Potencialização de ações coletivas em periferias urbanas: os casos dos morros de Jesus de Nazareth e da Piedade em Vitória/ES

Leonardo Bis dos Santos - <https://orcid.org/0000-0001-9048-8705>¹

Ariane Lucas Guimarães - <https://orcid.org/0000-0002-2184-825X>²

Vanessa Darmani Lima - <https://orcid.org/0000-0002-4433-5721>³

RESUMO

O texto aborda o desenvolvimento de projeto de extensão apoiado por duas pesquisas de mestrado profissional em Ensino de Humanidades. O lócus das ações foi dois bairros distintos da periferia urbana de Vitória/ES, realizadas entre os anos de 2017 e 2020 e analisadas em 2021. O objetivo do projeto de extensão foi potencializar mobilizações comunitárias em torno de problemas sociais locais. Destacamos que, não raro, as ações coletivas são invisibilizadas pelo senso comum. Apesar das diferenças, os dados apontam problemas comuns nas duas comunidades: falta de espaços de lazer, ocorrência de violências das mais variadas ordens e a representação social negativa dos bairros. Com base em dados produzidos a partir de diagnósticos comunitários, buscou-se potencializar ações conjuntas – intervenções sociais dialógicas. Temos como resultados que a valorização do protagonismo comunitário amplia o repertório de ações coletivas, contribuindo para a mudança positiva da representação social do lugar.

1 Sociólogo, Doutor em História, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. E-mail: leonardo.bis@ifes.edu.br

2 Historiadora, Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. E-mail: arianeguimaraes@hotmail.com

3 Artista cênica, Mestre em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. E-mail: vanessadarmani@gmail.com

Palavras-chave: Periferias urbanas; Intervenção social dialógica; Ações comunitárias; Mobilizações sociais

Enhancing collective actions in urban peripheries: the cases of *Morro de Jesus de Nazareth* and *Morro da Piedade* in Vitória/ES

ABSTRACT

This text addresses the development of an outreach project backed by two Professional Master's Degree research in Humanities Teaching. The actions took place in two distinct neighborhoods in the urban periphery of Vitória/ES. The project was carried out between 2017 and 2020 and the analysis was made in 2021. The objective of the outreach project was to enhance community mobilization about local social problems. We emphasize that, not infrequently, collective actions are made invisible by common sense. Despite the differences in the two areas, the data pointed to common problems in both communities: lack of spaces for leisure, the occurrence of the most varied types of violence, and the negative social representation of the neighborhoods. Based on the data produced from community diagnoses, we sought to enhance joint actions – dialogic social activities. As a result, the valorization of community protagonism expanded the repertoire of collective actions, contributing to a positive change in the social representation of the place.

Keywords: Urban peripheries; Dialogic social actions; Community actions; Social mobilizations

1 INTRODUÇÃO

As periferias vivem experiências de violências bastante distintas de áreas nobres das cidades brasileiras. A comercialização e apreensão de entorpecentes podem ter conotações diversas: tráfico, se for realizada em favelas; ou em posse, quando enunciada a partir de mensagens como “estudante é detido com maconha e cocaína”, se ocorrer em bairros de classe média alta. Essa narrativa propagada na grande mídia, sem qualquer criticidade, invade

o imaginário coletivo gerando consequências sociais. O conceito de representação social, assim, nos fornece ferramentas teóricas para avaliar o conteúdo e a formação dessa imagem.

Nesse sentido, Guy Debord, em “A Sociedade do Espetáculo” (2003), chama a atenção para o fato de cada indivíduo ser resultado das inúmeras imagens a que se expõe. O que o faz se identificar com estas, podendo ser consumido pela falta de criticidade e deixar que a mídia fale por ele, tornando-se alienado das bases desse processo.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. A exterioridade do espetáculo em relação ao homem que age aparece nisto, os seus próprios gestos já não são seus, mas de um outro que lhes apresenta. (DEBORD, 2003, p. 25).

Debord (2003) traz foco no preocupante papel da imprensa: uma construção de narrativa massificante que pode produzir culpados e heróis, e que geralmente, mesmo que inconscientemente, está à serviço de algum interesse dominante. Logo, pode salientar discursos de poder, de exclusão e de construção de imagem social. Para tal categoria, a teoria da representação social pode ajudar na compreensão.

A representação social como categoria está necessariamente ligada ao imaginário. Entender sua formação, propagação e interpretar suas consequências exige rigor teórico-metodológico. Para tal, procuramos amparar nossa discussão na abordagem de Castoriadis (1982), que trata da relação entre construção do imaginário e de sua materialização no mundo social. Partimos do entendimento que as instituições sociais não podem ser reduzidas campo simbólico, contudo só podem existir por meio deste.

A instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário. A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto (CASTORIADIS, 1982, p. 159).

Depreende-se desse fragmento, inclusive, que focar apenas no componente imaginário, sem levar em consideração a base material dessa subjetivação alça à condição de alienação. Esta deve ser entendida a partir do afastamento entre imagem percebida socialmente e as condições estruturais de existência do fato. Quanto mais distantes entre si, mais alienante é a situação. A alienação então aparece como a elevação da aparência ao ponto de autonomização. Contudo, cabe destacar que a aparência em si não pode ser confundida com engano ou uma invenção aleatória. De uma maneira mais ampla, a relação dual entre a rede simbólica e os seres humanos torna inteligível as instituições sociais. Nas palavras de Guimarães (2021),

Aquilo que determina uma instituição, o que se produz e o que se fala ali, não se explica perfeitamente pela sua funcionalidade, ou pelas consequências lógicas destes atos/palavras, mas a ultrapassa, isto é, comporta algo mais que escapa à ordenação simbólica. Os símbolos institucionais, aquilo que representam, não são assim instituídos apenas racionalmente e também não o são naturalmente, mesmo que apoiados de alguma forma na realidade. Isto que não é redutível ao simbólico, mas que a ele está necessariamente associado [...] (p. 27).

O imaginário social é composto por esse jogo entre as relações materiais estruturais e a representação formada a partir deste em conflito de forças com as posturas individuais. Assim, quanto mais reificada for a representação, mais alienado é o contexto, com reflexos diretos nas ações individuais e coletivas. Podemos, assim, entender a construção cultural das sociedades – suas redes simbólicas na organização dos sentidos que compõe a leitura da realidade – a partir da complexa relação entre as relações estruturais e categorias de subjetivação, por grupos sociais numerosos, formando a representação social de algo.

Incontestemente, as formas simbólicas amparadas direta ou indiretamente, concordante ou discordante, das relações estruturais de uma sociedade, fornecem elementos para a alienação ou para a emancipação social. Esta última entendida como um conjunto de relações capazes de promover o rompimento frente a amarras alienantes, que tutelam determinados grupos sociais – geralmente aqueles mais vulneráveis, seja economicamente ou culturalmente. A esse respeito, István Mészáros nos alerta que “a alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, refere-se à perda do controle: sua incorporação em uma força alienígena que se confronta com os indivíduos como poder hostil e potencialmente destrutivo” (2016, p. 14). Temos assim, que a representação social das periferias é um dos elementos que retroalimentam a violência estrutural observada nessas comunidades, contribuindo substancialmente com o processo de desmobilização ou de invisibilização das mobilizações alcançadas.

Para discutir essas relações sociais entre os anos de 2017 e 2020 foram realizados dois projetos de pesquisa e de extensão em dois bairros da periferia urbana da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Trata-se das pesquisas de mestrado “Memorar é (re)existir: ocupação e vivência em Jesus de Nazareth em busca da emancipação social” (GUIMARÃES, 2021) e “Diálogos para pensar práticas coletivas: intervenções sociais e vivências coletivas no morro da Piedade em Vitória, Espírito Santo” (LIMA, 2022) que foram desembocaram no projeto de extensão “Educação, Cidadania e Emancipação Humana: escola e comunidade unidas para construir tecnologias sociais que gerem o empoderamento popular”. Este último foi implementado tendo as mestrandas Vanessa Damani Lima e Ariane Lucas Guimarães como extensionistas. Cumpre ressaltar que as pesquisas de mestrado citadas fazem parte de um programa *stricto sensu* profissional. É exigido, portanto, o desenvolvimento de produtos e materiais vinculados à pesquisa acadêmica. No caso em tela, trata-se de um curso de mestrado no campo do ensino de humanidades. Assim, partindo do pressuposto da indissociabilidade entre pesquisa e extensão e inserido no campo teórico-metodológico das ciências humanas (metodologia qualitativa e participativa), o conjunto de atividades extensionistas partiu das demandas das comunidades (movimento endógeno); passando pela mobilização de energias sociais, seja na instituição de ensino superior que sediou administrativamente a proposta ou com parceiros externos (movimentos endógenas e exógenos)⁴; culminando com intervenções conjuntas nas comunidades; concluindo com a discussão e avaliação dos resultados dessas ações.

Originalmente um dos produtos educacionais seria a elaboração de um museu comunitário (a despeito de experiências similares como o Museu da Maré⁵ e outros espalhados pelo país) - demandado pela comunidade a partir de diagnóstico colaborativo (pesquisa científica) - e o outro produto educacional teria como objetivo uma peça de teatro escrita e encenada conjuntamente com a comunidade (tendo Augusto Boal e o teatro do oprimido como horizonte teórico⁶). Ambos trabalhos, contudo, foram atravessados pela pandemia de COVID-19⁷, o que fez com que os rumos fossem redirecionados. Destaca-se, dessa maneira, como os planejamentos precisam ser revistos, dadas as intempéries às quais

4A endogenia e a exogenia teve como base de parâmetro referencial as forças sociais da comunidade.

5Para maiores informações ver: <https://www.guiadasartes.com.br/rio-de-janeiro/rio-de-janeiro/museu-da-mare>

6BOAL, Augusto. Teatro do oprimido e outras poéticas políticas. 6^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

7No tempo em que este artigo foi finalizado, segundo estatísticas oficiais, mais de 660.000 brasileiros e brasileiras perderam a vida para a doença. Estima-se que este número seja subestimado.

somos submetidos no campo. O que se narra nesse artigo, portanto, é o processo, não os resultados previamente previstos.

Independente das mudanças às quais foram submetidos os projetos de extensão e as diferenças entre os produtos – originalmente o museu e a peça teatral –, havia algo em comum nas comunidades: dificuldades de mobilização comunitária. Assim, tratamos como questão central o seguinte problema: como conectar conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico e os conhecimentos populares em torno da mobilização comunitária para gerar novos conhecimentos que possam servir de inspiração para outras comunidades. O objetivo central, desta forma, foi abordar estratégias de mobilização comunitária a partir da comunhão de esforços e conhecimentos entre moradores de comunidades periféricas e professores e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes.

Em Jesus de Nazareth foram realizadas ações voltadas para o autoconhecimento da comunidade (reuniões periódicas, transferência de conhecimentos para entrevistas de moradores com moradores - reconstrução da história de resistência do bairro -, realização de atividades conjuntas com os moradores - atividades culturais). No morro da Piedade foram utilizadas técnicas de palhaçaria para atrair a atenção de moradores para as discussões em torno dos problemas do bairro - mobilização para a intervenção social coletiva (horta comunitária conjuntamente com moradores, ações de ressignificação dos espaços – pintura de muros e escadarias, com os moradores).

Nesse sentido, aproveitando a inserção das extensionistas e de outros pesquisadores do Ifes nas duas comunidades, as ações incidiram sobre tecnologias sociais de mobilização e engajamento comunitário para intervenção social dialógica. Teve como objetivo central desenvolver ações para reverter os processos de invisibilização de ações coletivas e/ou desmobilização.

O recorte geográfico foi desenhado a partir das comunidades da Piedade, que possui atualmente cerca de 200 moradores, e de Jesus de Nazareth, que conta com aproximadamente 2.500 habitantes. Tratam-se de dois morros na capital do estado do Espírito Santo, cuja representação social é construída em grade medida pela negação da humanização dos espaços.

Por fim, antes de avançar para apresentar mais detalhadamente essas comunidades, cumpre destacar que todos os procedimentos metodológicos foram apreciados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, sob o número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética CAAE 11966019.1.0000.5072 e parecer 3.493.940.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO – O MORRO E O ASFALTO

A representação social das periferias, por si e sem maior aprofundamento crítico, revela um cenário de agressividade constante ao desconsiderar as especificidades de cada comunidade. Do ponto de vista de políticas públicas muitos desses territórios são invisibilizados, contudo a violência tratada pela mídia de forma sensacionalista. Nesse sentido, Menezes e Ramos, destacam que “a (aparente) invisibilidade do tecido urbano de alguns destes “territórios de insegurança” é, contudo, contrariada pela visibilidade atribuída aos seus tecidos sociais” (2013, p. 190). As autoras, ao analisar dados referentes a um bairro da periferia urbana de Lisboa, em Portugal, concluem que:

Ao verificar-se a associação entre insegurança e um território específico, entretanto categorizado a partir de determinadas referências, paralelamente se observa o reforço de um certo sentido de periferia, o que permite insinuar a tendência para o estabelecimento de uma ligação acentuada entre problemas sociais (nomeadamente os de insegurança pública) e território. Isto, a nosso ver, insinua uma excessiva demarcação territorial de fenômenos sociais e urbanos de considerável complexidade e abrangência, nomeadamente quando do (pre)suposto de uma associação mecânica entre problemas, comportamentos, práticas e territórios. (p. 217)

Temos como premissa que um ato violento observado em uma comunidade atinge, simbolicamente, todas, num movimento de apagamento das características locais a partir da homogeneização das experiências de vida. A representação social hegemônica associa mecanicamente os territórios de periferia urbana ao tráfico de drogas e a violência, afetando frontalmente a vida dos moradores e contribuindo para a desmobilização comunitária.

Essa imagem hegemônica, criada pelo “asfalto é continuamente reforçada por instituições públicas, seja a partir da ausência de políticas públicas condizentes com a realidade das comunidades de periferia (invisibilização das demandas) ou mesmo por meio da relação truculenta dos aparelhos de segurança pública⁸.

As abordagens policiais, muitas vezes cinematográficas, evidencia não só a violência estatal nas periferias, demarcada pelas instituições de segurança, mas também a narrativa e cobertura jornalística como espetáculo. Tal cobertura pode legar a ideia central do espectador de que todos os bairros de periferia são essencialmente perigosos. O discurso, tomado superficialmente como conteúdo a ser consumido pelo telespectador sem qualquer

⁸A esse respeito ver SANTOS; SGARBI (2018), especialmente página 141.

consideração crítica a respeito, contamina não só o lugar alvo da notícia, como também todos os lugares que se assemelham em condições socioeconômicas.

Essa teatralização da cobertura jornalista foi chamada de “Showrnalismo” por José Arbex Jr em seu livro “Showrnalismo: A notícia como espetáculo” (2001). Essa tática de cobertura jornalística tem a intenção de fidelizar a audiência ao transformar a notícia em uma novela da vida real. Uma construção de narrativa em que os repórteres são os narradores, entrevistados e, até em alguns casos, sentenciadores ao final da reportagem. Trata-se de uma linguagem que tem potência de criação de estereótipos sobre lugares e populações, massificando um discurso que dificilmente será criticado, afinal, foi “baseado na realidade”.

Temos que essas condições criam empecilhos para a mobilização comunitária e ainda mais para atrair engajamento exógeno. Uma vez que a força midiática reduz as periferias ao seu conteúdo negativo – cria e reforça uma representação social que nega a humanidade aos moradores desses espaços.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E PRODUÇÃO DE DADOS – DIAGNOSTICAR PARA INTERVIR COM A COMUNIDADE

As comunidades de Jesus de Nazareth e Piedade se caracterizam como bairros socialmente periféricos e são atravessados pelos elementos apresentados anteriormente. Nesse sentido um primeiro esforço de extensão foi o de construir um diagnóstico nas comunidades, a partir da percepção dos próprios moradores. Buscou-se, a partir de uma combinação multivariada de abordagens qualitativas e quantitativas de produção de dados, subsidiar a perspectiva de valorização de uma proposta de intervenção social dialógica – construir junto com as comunidades propostas de ação de extensão. Ponto pacífico que para engendrar propostas de intervenção conjuntas a questão da mobilização se tornou premente.

A proposta colocada em termo teve como fundamento epistemológico a teoria da ação dialógica proposta por Paulo Freire (2016)⁹, pautada na co-laboração, união, organização e síntese cultural. A ação dialógica é fundamental para o desenvolvimento do ser mais – tomando como premissa que somos seres inconclusos e a consciência da nossa inconclusão é um passo importante para sermos mais, a partir da laboração conjunta (trabalho conjunto), união de esforços (mobilização) baseada na organização para gerar algo novo (síntese). O

⁹Pedagogia do oprimido foi publicado pela primeira vez no Brasil em 1974, quando o livro já tinha versões em inglês, espanhol e em português, em uma publicação em 1972 em Portugal. A edição que utilizamos para compor este artigo foi publicada postumamente à morte de Paulo Freire, ocorrida em 1997.

papel da liderança, nesse sentido, é construir conjuntamente com as comunidades possibilidades alternativas para o combate à opressão – “ninguém desvela o mundo ao outro e, ainda quando um sujeito inicia o esforço de desvelamento aos outros, é preciso que estes se tornem sujeitos do ato de desvelar” (FREIRE, 2016, p. 229). Também nos serviu de suporte reflexivo as considerações de Boaventura de Sousa Santos acerca da relação entre teoria e prática – dimensões fundamentais para a extensão. O autor português destaca que:

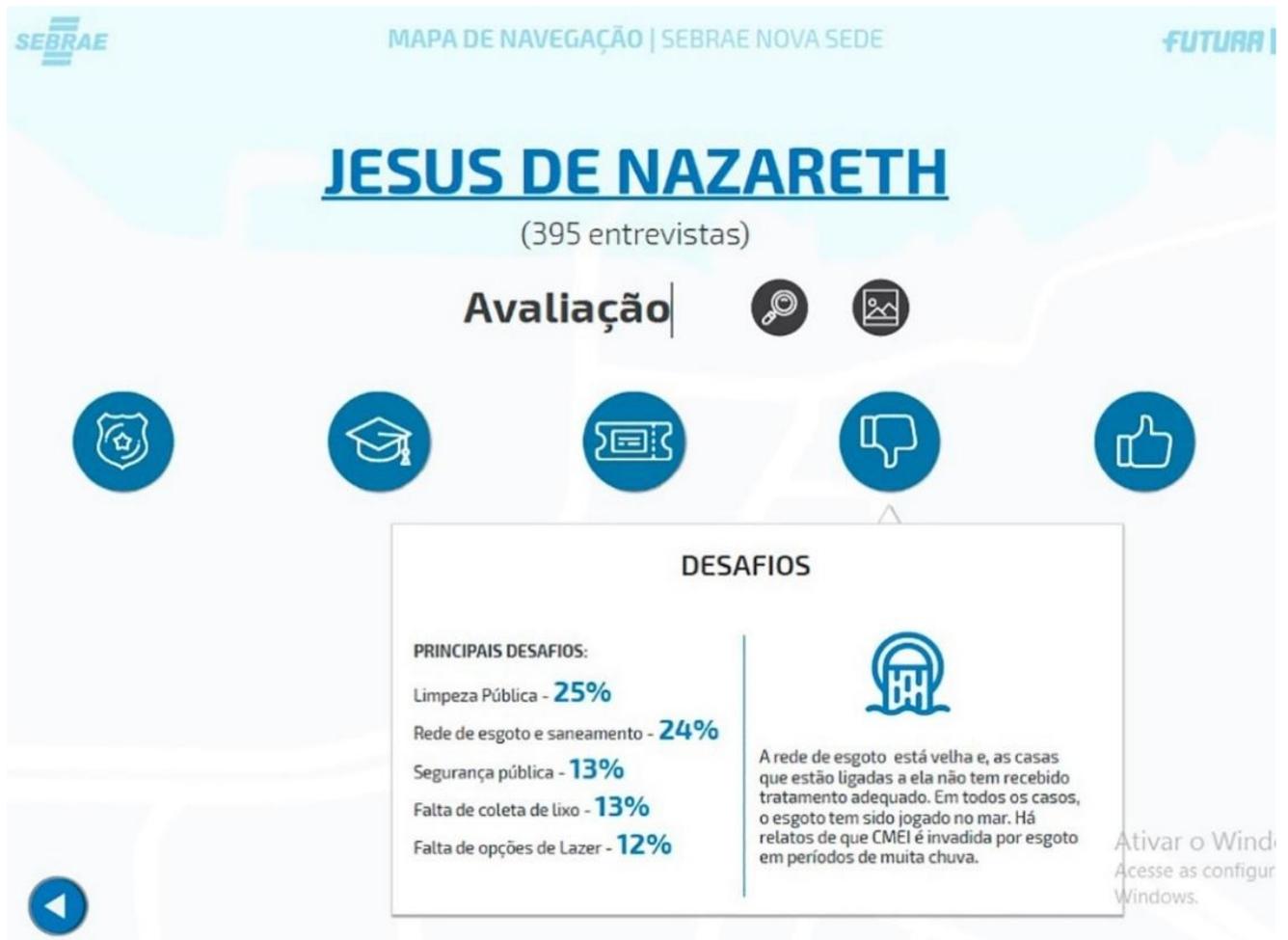
Hoje vivemos um problema complicado, uma discrepância entre teoria e prática social que é nociva para a teoria e também para a prática. Para uma teoria cega, a prática social é invisível; para uma prática cega, a teoria social é irrelevante. (SANTOS, 2007, p. 20)

Esse parece ser um desafio dos mais comuns na extensão. A questão de como criar condições de produzir uma prática transformadora, reconhecendo os conhecimentos, não só os acadêmicos, mas também os comunitários. Corrigir, assim, rumos de uma ciência baseada no conhecimento-regulação para desenvolver o conhecimento-emancipação. Neste último, o objetivo é romper com o colonialismo na busca pela autonomia solidária. A emancipação social, assim, poderia ser traduzida como a capacidade de romper tutelas – científica, cultural, econômica. Nesse sentido, seria um conceito que nunca se concretizaria em sua plenitude na prática concreta. Algo inalcançável no nível de perfeição, sem que, contudo, isso signifique demérito na sua busca. Tanto Santos (2007) como Freire (2016) nos permitem pensar a prática extensionista a partir da busca de uma sociedade mais socialmente equânime, com respeito às diferenças – dialogismo. Foi nesse sentido que as ações aqui narradas foram concebidas, tendo como eixo central as mobilizações comunitárias.

Assim, em um esforço inicial, procedemos a definição de prioridades da comunidade – realidade local –, a partir das condições sociais. Especialmente em Jesus de Nazareth, contamos também com resultados de uma pesquisa quantitativa realizada pelo Serviço de Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, gentilmente cedida aos pesquisadores e apresentada aos moradores.

No morro de Jesus de Nazareth foram apontados como principais desafios a limpeza pública e a deficiência da rede de esgoto e saneamento. Ao contrário do que regem as notícias dos veículos de comunicação de massa, a segurança pública aparece empatado com a falta de coleta de lixo apenas como terceiro maior problema da comunidade – a escuta da comunidade revelou cenário diverso daquele praticado no senso comum, destacando a relevância do contato direto com os moradores. Metodologicamente, destacamos que essa pesquisa teve uma margem de erro amostral de 4% e intervalo de confiança de 95%.

Imagem 1 – Resultados de pesquisa quantitativa em Jesus de Nazareth



Fonte: SANTOS; SGARBI, 2018, p. 143.

Esses se mostraram relevantes para além de seus resultados imediatos, uma vez que as extensionistas os apresentaram e os discutiram com moradores do bairro, no sentido de provocar uma mobilização consciente. O que seria possível de ser feito pela própria comunidade, privilegiando o protagonismo comunitário, diante dos dados e do contexto do morro? As estudantes realizaram uma série de reuniões, utilizando como método as rodas de conversa, onde todos ficam de frente uns para os outros¹⁰. Assim conseguimos avançar em dados qualitativos para subsidiar intervenções sociais com os moradores.

¹⁰Essas reuniões se tornaram hábito na comunidade e possuem periodicidade média de 2 meses. Mesmo após a finalização das ações de pesquisa e extensão as reuniões continuaram a acontecer. O método utilizado pelos moradores tem sido avaliar as últimas ações realizadas e os motivos da não realização de alguma ação que tenha sido planejada e por ventura não executada. Num segundo momento há proposições de ações para o próximo bimestre e ao final reserva-se um espaço para avisos gerais e assuntos diversos. As reuniões ocorrem na escola do bairro.

Fotografia 1 - Reunião do grupo na biblioteca da escola Edna de Mattos Siqueira Gáudio - Jesus de Nazareth (ações endógenas com suporte de mestranda do projeto de extensão)



Fonte: GUIMARÃES, 2021, p. 54.

No caso da Piedade não tivemos acesso a dados quantitativos, por isso partimos direto para as abordagens qualitativas. O formato foi o mesmo adotado em Jesus de Nazareth: as extensionistas convidaram os moradores participarem de rodas de conversa, onde os assuntos principais seriam os problemas e as possibilidades da ação comunitárias. A diferença entre as duas comunidades foi que na Piedade houve o suporte de grupos de teatro para atrair a atenção dos moradores, uma vez que estavam bastante assustados e receosos com o cenário violento que estavam atravessando¹¹. Destacamos que o trabalho de extensão teve nesses grupos um relevante suporte para criar um grupo de discussão no bairro.

Os dados foram produzidos a partir desses encontros e apontaram questões ligadas à segurança pública – certamente esse resultado leva em consideração o contexto dessa comunidade (enquanto em Jesus de Nazareth, mesmo com uma população muito maior, registrou um homicídio entre 2015 e 2020, na Piedade somente entre 2018 e 2020 foram 9 assassinatos)¹². Os moradores daquela comunidade, com o suporte das extensionistas, se

¹¹Para algumas informações jornalísticas, sugerimos ver: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/traficantes-do-morro-da-piedade-expulsam-moradores-de-casa-no-es.ghtml> ; <https://www.seculodiario.com.br/direitos/moradores-da-piedade-expulsos-pelo-traffic-ainda-aguardam-aluguel-social> ; <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/um-mes-apos-morte-de-trafficante-familias-expulsas-comecam-a-retornar-a-piedade.ghtml>.

¹²GOBBO, Elaine Dal. Assassinato de jovem na Piedade é o nono caso em dois anos. **SÉCULO DIÁRIO**, Vitória, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/assassinato-de-jovem-napiedade-e-o-nono>

propuseram a uma reflexão crítica acerca das causas, da estrutura da violência. Assim, investimentos em lazer, cultura, habitação apareceram com vigor nos discursos dos moradores, a partir do entendimento de que não se combate a violência com mais repressão policial, mas sim com investimentos sociais e culturais.

Fotografia 2 - Reuniões do Grupo de Trabalho realizada no Telecentro durante o ano de 2019 - Piedade (fomentada por mestranda do projeto de extensão)



Fonte: LIMA, 2022, p. 72.

Dessas reuniões comunitárias, que envolveram doses variáveis de mobilização e engajamento, emerge uma ação civil pública¹³ e, como resultado, um levantamento de demandas apresentadas aos poderes públicos municipal e estadual – Quadro 1.

Quadro 1 - Demandas da comunidade da Piedade colhidas a partir das rodas de conversa e apresentadas aos Poderes Públicos (demandas levantadas com o suporte de alunos do projeto de extensão)

caso-em-dois-anos. Acesso em: 02 fev. 2022.

13AÇÃO CIVIL PÚBLICA, Nº 0027165-24.2018.8.08.0024 VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE, DA COMARCA DE VITÓRIA/ES, defensores: Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva, Vinícius Lamego de Paula, Rafael Mello Portella Campos, Mariana Andrade Sobral, 10 de setembro de 2018.

Demanda	Situação
---------	----------

<p>1. Ampliar o atendimento de saúde no território com mais psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, médicos, agente de saúde e outros profissionais, pois hoje está limitado</p>	<p>Nenhum retorno da prefeitura. O Morro da Piedade por exemplo não tem agente de saúde em nenhuma microárea.</p>
<p>2. Articulação intersetorial com as redes de educação, saúde e assistência social</p>	<p>Nenhuma indicação de ação concreta neste sentido.</p>
<p>3. Avaliação das casas que correm risco social por estrutura de terreno ou socioambiental</p>	<p>Estão acontecendo por solicitação de cada morador, sem iniciativa da prefeitura.</p>
<p>4. Avaliação de todos os postes da comunidade para troca de lâmpadas queimadas</p>	<p>Serviço realizado de maneira incompleta.</p>
<p>5. Construir o memorial da paz no Terrerinho, como espaço de lazer e cultura</p>	<p>Obra iniciada sem diálogo com a comunidade. Não houve apresentação de projeto, diversas solicitações de reunião foram realizadas à secretaria de obras, mas até o momento sem retorno.</p>
<p>6. Criação urgente de projetos e programas sociais com intuito de atender crianças, jovens, adultos e idosos</p>	<p>Sem informação do poder público.</p>
<p>7. Demolição de casas abandonadas</p>	<p>Somente um conjunto de casas que a comunidade já havia organizado foi demolida, novas casas aguardam, mas a resposta da PMV é que não tem mais contrato para realizar o serviço.</p>
<p>8. Destinação de recursos públicos para criar e fortalecer projetos de cultura e esporte, existentes no território</p>	<p>Sem perspectiva.</p>

9. Instalação de câmeras em pontos estratégicos da comunidade	Não houve nenhuma indicação ou definição de prazo, ou seja, sem resposta.
10. Instalação de internet nas praças e vias públicas da parte alta da comunidade	Não houve nenhuma indicação ou definição de prazo, ou seja, sem resposta.
11. Mutirão de limpeza fixa no território, dando sensação de cuidado e atenção	Realizado.
12. Ocupação de terrenos baldios e espaços ociosos, com praças, academias populares e brinquedos infantis	Não houve nenhuma indicação ou definição de prazo, ou seja, sem resposta.
13. Potencializar nossas escolas públicas que atendem nossos filhos	A Secretaria Municipal de Educação se comprometeu em dialogar com a comunidade assim que as atividades escolares voltarem à normalidade.
14. Reforma e ampliação de encostas/muros em lugares que oferecem perigos pelo bairro	Não houve nenhuma indicação ou definição de prazo, ou seja, sem resposta.
15. Retorno do acesso ao Centro de Vivência com responsabilidade das lideranças locais	Não houve nenhuma indicação ou definição de prazo, ou seja, sem resposta.

Fonte: LIMA, 2022, p. 26-27. Situação atualizada no final de 2020.

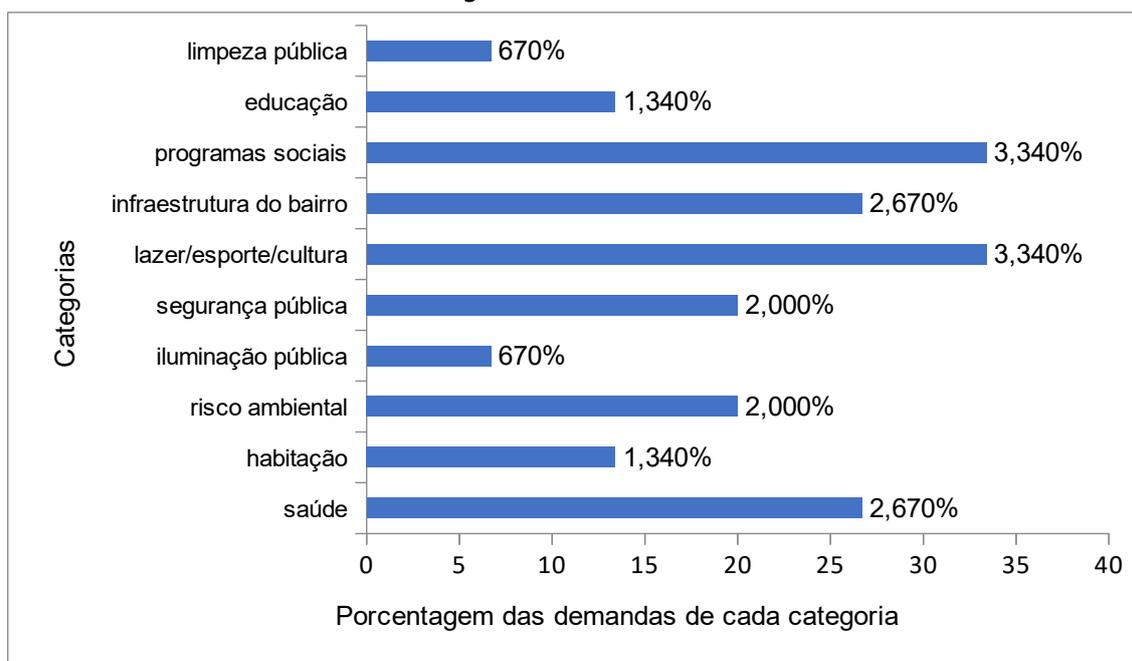
Em relação ao quadro acima, destacamos que o papel dos extensionistas foi construir alternativas para a mobilização comunitária, o que gerou como resultado a organização das demandas – coluna 1. O acompanhamento das intervenções propostas ao poder público municipal e estadual constam na coluna 2 e também foi feito pela equipe de extensão.

4 DISCUSSÃO DE DADOS – RESISTIR E (RE)EXISTIR NAS PERIFERIAS URBANAS

As pessoas, submetidas a contextos de exclusão não ficam inertes ou tampouco deixam de pensar a sua própria existência. Conjugam a sua luta pela manutenção material à vivência simbólica. Nesse sentido, as estratégias de resistência empreendidas nas comunidades da Piedade e de Jesus de Nazareth, apresentaram características distintas. Sabe-se que vários repertórios sociais são empreendidos nas periferias, na busca pela reconstrução de indivíduos fragmentados por estruturas econômicas e culturalmente dominantes.

Das demandas elencadas no Quadro 1, destacam-se alguns dos resultados alcançados, a partir das reflexões sobre a resistência e a luta pela emancipação social na Piedade.

Gráfico 1 - Categorias das demandas da Piedade



Fonte: Análises dos extensionistas frente aos dados produzidos.

O quadro acima demonstra o reconhecimento acerca das ausências de programas sociais e atividades relacionadas a cultura, esporte e lazer. Neste sentido, as soluções sugeridas pelos moradores caminham no sentido da humanização dos espaços e do bairro, a partir de políticas sociais. Mesmo sofrendo as consequências de uma representação social vinculada a um espaço de violências diversas, a solução para a complexa situação não é simplesmente a ampliação da utilização de força estatal, na visão dos moradores mobilizados. As demandas comunitárias apresentam o entendimento de que o enfrentamento às condições

de medo e vulnerabilidades experienciada deve passar por condições sociais estruturais, e não apenas pela dita sensação de segurança promovida por forças policiais.

Já em Jesus de Nazareth, em um contexto de violência diverso em relação à comunidade da Piedade, as reuniões organizadas pelas extensionistas, a partir da pesquisa quantitativa (Imagem 1) aliadas às potencialidades do bairro, apontaram majoritariamente para ações de ressignificação da imagem da comunidade – apresentadas no Quadro 2, abaixo. Foram produzidos questionamentos nas rodas de conversa acerca da imagem do bairro para além do próprio bairro – como são representadas as imagens do bairro e dos moradores de Jesus de Nazareth? Assim, um encadeamento de ações coletivas, protagonizadas por moradores da comunidade, foi se desenvolvendo a partir dessa reflexão. Dentre as ações, destacamos aquelas enveredadas para criação de um museu comunitário – como exemplo apresenta-se a história do bairro retratada a partir da elaboração de uma pintura na entrada do morro (<https://globoplay.globo.com/v/8198063/programa/>), bem como oficina de grafite com crianças e adolescentes (<https://bityli.com/UGwAQ>).

Entre agosto de 2018 e maio de 2020 foram realizadas 33 atividades ações na comunidade de Jesus de Nazareth (Quadro 2), no contexto da pesquisa e extensão, visando alguma mobilização coletiva no bairro. Algumas ações tiveram a participação direta do grupo de extensão – seja mobilizando ou contribuindo de alguma forma no planejamento ou execução da ação – e outras não, demonstrando relativo sucesso na transferência de tecnologia social de mobilização autônoma - endógena. As primeiras ações são classificadas como interferência exógena na comunidade e o seu grau de interferência varia bastante. As ações de número 32 e 33, descritas no Quadro 2, são classificadas especificamente como endógenas – aquelas que são constituídas somente a partir da mobilização de energias sociais da comunidade, desde o planejamento até a execução (são resultados da extensão, cujo objetivo foi elaborar conjuntamente estratégias de mobilização e engajamento).

Quadro 2 - Ações de extensão na comunidade de Jesus de Nazareth

Ações Realizadas	Datas das ações/informações das ações	Ação com participação de extensionistas
1. Limpeza de horta e terreno ao redor tomado pelo lixo	18 de agosto de 2018	X

2. Ministração da Oficina “Vitória Ontem e Hoje” na Escola Municipal Edna de Mattos Siqueira Gaudio com três turmas de 5º e 4º anos	14 e 21 de setembro de 2018	X
3. Acompanhamento do “Desafio das Escadarias de Jesus de Nazareth” organizado pela comunidade	23 de setembro de 2018	X
4. Reunião de ação e planejamento com equipe do projeto de extensão	18 de outubro de 2018	X
5. Reunião de ação e planejamento com equipe do projeto de extensão	13 de dezembro de 2018	X
6. Ação de lazer e conscientização ambiental com as crianças do bairro Jesus de Nazareth	19 de janeiro de 2019	X
7. Reunião na Associação de Moradores de Jesus de Nazareth, em que estavam presentes mobilizadores sociais e lideranças locais	22 de janeiro de 2019	X
8. 2ª Ação coletiva em prol da vida marinha (comunidade de Jesus de Nazareth)	26 de janeiro de 2019	X
9. Reunião na Escola Edna de Matto Siqueira Gaudio com a equipe Escola & Comunidade – composta pela pedagoga da escola, representantes de movimentos sociais e equipe do Ifes	11 de fevereiro de 2019	X
10. Reunião com equipe de extensão para planejamento do projeto	22 de fevereiro de 2019	X
11. Reunião no Incaper com lideranças comunitárias e representantes da Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio	29 de março de 2019	X
12. Visita ao Museu de Casas do Flexal (Mucaf) no bairro Flexal em Cariacica, com lideranças comunitárias do bairro Jesus de Nazareth para conhecer o projeto e proposta de museu comunitário no ES	25 de abril de 2019	X
13. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto. Apresentação da museóloga da Secult. Discussão da proposta de museu comunitário	25 de abril de 2019	X
14. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto. Discussão da proposta de museu comunitário	8 de maio de 2019	X

15. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto.	25 de maio de 2019	X
16. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto.	3 de junho de 2019	X
17. Reunião do grupo Escola e Comunidade, com pedagoga, moradores e equipe de extensão do Ifes	11 de junho de 2019	X
18. 4ª Ação coletiva em prol da vida marinha (Ilhas da Pólvora e da Fumaça)	16 de junho de 2019	X
19. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto	27 de junho de 2019	X
20. Ação Global na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio organizada por lideranças comunitárias do bairro	1 de julho de 2019	X
21. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto	4 de julho de 2019	X
22. Reunião na Escola Edna de Mattos Siqueira Gaudio com pedagoga, diretora, grupo de moradores, bolsista de extensão e coordenador do projeto	11 de julho de 2019	X
23. 5ª Ação coletiva em prol da vida marinha (Praia de Camburi)	18 de agosto de 2019	X
24. Reunião do grupo Escola e Comunidade, com pedagoga, moradores e equipe de extensão do Ifes	22 de agosto de 2019	X
25. Aplicação de questionário de entrevistas com moradores do bairro Jesus de Nazareth sobre a coleta de lixo do bairro	24 de setembro de 2019	X
26. Tour no Morro com secretário de direitos humanos e diretor de turismo da Prefeitura Municipal de Vitória com lideranças comunitárias e equipe de extensão do Ifes	24 de setembro de 2019	X
27. Limpeza da Praia da Castanheira	4 de setembro de 2019	X
28. Evento “Moviment Castanheira” na praia da Castanheira, em Jesus de Nazareth com oferecimento de oficina de grafitti e circuito de ginástica	8 de setembro de 2019	X

<p>29. Reuniões bimestrais para planejamento e avaliação de ações desenvolvidas no bairro - 2019 até fevereiro de 2020</p>	<p>Essas reuniões tiveram como principal resultado as próprias ações abaixo relacionadas.</p>	<p>X</p>
<p>30. Ações para criação do museu comunitário</p>	<p>Várias datas Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8198063/programa/</p>	<p>X</p>
<p>31. Pintura de painel contando a história do bairro</p>	<p>28 de fevereiro de 2020 Disponível em: https://www.facebook.com/NicholasMarcosDuarte/videos/2746168838754091</p>	<p>Ação derivada do museu comunitário, mas sem a interferência direta da equipe de extensão</p>
<p>32. Oficina de grafite incentiva jovens a ajudarem a colorir Jesus de Nazareth, em Vitória</p>	<p>07 de março de 2020 Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8381055/?utm_source=facebook&fbclid=IwAR0rLm6i1Q2NgRuOlwplL2wlU07ZPAuC57tHBZvWXaezggZqeraMNVgHx8</p>	<p>Ação derivada do museu comunitário, mas sem a interferência direta da equipe de extensão</p>
<p>33. Crianças aprendem sobre grafite e pintam a quadra de Jesus de Nazareth</p>	<p>09 de março de 2020 Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8385378/?utm_source=facebook&fbclid=IwAR1OKXj0Mv9BrPaPeLvNaXbz2</p>	<p>Ação derivada do museu comunitário, mas sem a interferência direta da equipe de extensão</p>

**6s3a9IZ6-
6fvzJGjwpOkan
OU-Fu1Q9F1yc**

Fonte: Tabulação de dados dos extensionistas a partir de evidências documentadas.

Ao analisarmos o quadro de ações nos deparamos com algumas temáticas que aparecem em maior quantidade, demonstrando a organização e a ação comunitária em Jesus de Nazareth. Sendo as temáticas: Reunião de planejamento de ações (16 vezes); ação coletiva (9 vezes); oficina (4 vezes); e, limpeza (2 vezes).

As reuniões de planejamento ou de avaliação de ações mostram-se a maior repetição do quadro de ações. O que demonstra a organização coletiva com representantes de diferentes seguimentos sociais com práticas de trabalho na comunidade. As reuniões também representam a coletividade do planejamento dos trabalhos realizados, além da justificativa da importância dos trabalhos. Não era incomum que nesses momentos diferentes representações comunitárias falassem o que os moradores estavam se queixando, seja a sujeira de algum espaço ou a necessidade de ações de lazer. Além do planejamento e coordenação das atuações no bairro, as reuniões também tinham como ponto de debate pensar estratégias de engajamento dos moradores nas ações. Como trazer a comunidade para fazer e refletir enquanto faz. Ação e reflexão a partir das ações coletivas, são caminhos tracejados para a emancipação social, tal qual nos apresenta Boaventura de Sousa Santos (2007). Cada ação desenvolvida trará impacto comunitário, que pode ser percebido seja na mudança da paisagem, por uma ação de limpeza, ou na mudança da cultura, pela organização social da ação da limpeza.

Tal contexto de transformação é observado na oferta de oficinas, em sua maioria de grafite. Essas ofertas, geralmente, são feitas por novas gerações de moradores das comunidades – seja em Jesus de Nazareth ou Piedade – direcionadas às mais novas gerações do bairro, as crianças. Esse fato pode mostrar que não só a comunidade pensa na importância das ações coletivas na atualidade, como as enxergam enquanto projeção de futuro – desnudando outra construção subjetiva, a partir da autoestima elevada.

Conclui-se a partir dos dados que a comunidade de Jesus de Nazareth se apropriou das estratégias de mobilização e engajamento proposta por estudantes e pesquisadores em comunhão com moradores. As ações de números 30, 31, 32 e 33 deram início a uma fase de mobilizações independentes, o que nos permite atestar ao menos um relativo sucesso na transferência de tecnologias sociais de engajamento, utilizando as potencialidades da própria comunidade.

Ao organizar e interpretar os dados produzidos especificamente no morro da Piedade temos elementos um tanto quanto distintos. Reconhecemos de antemão que a inserção de uma

companhia de teatro na comunidade contribuiu para que possíveis diálogos pudessem ser retomados. A superação do silenciamento da comunidade pelo medo – devemos nos lembrar do dado dos 9 homicídios entre 2018 e 2020 – teve nas intervenções sociais, a partir da arte, um relevante apoio.

Aliado à situação de vulnerabilidade provocada pela violência, temo que não é raro que as vozes das comunidades sejam relegadas a pouco ou nenhum espaço dentro do jogo discursivo. Na relação com o poder público é como se apenas os gestores públicos tivessem capacidade de propor alternativas aos problemas das comunidades¹⁴. Essa mesma situação pode ser observada no trato entre comunidades e pesquisadores, que indispostos à uma postura dialógica, julgam o conhecimento científico superior a qualquer outro tipo de conhecimento. Assim alimenta-se um processo de soluções prontas e menosprezo em relação à palavra dos moradores, contribuindo para a desmobilização comunitária. Temos, assim, o antialogismo freiriano em toda sua potência. É a suposição de que as pessoas habitantes destes locais, não sabem falar ou agir sobre seus problemas sociais. Paulo Freire aponta que situações assim estão ligadas a uma representação social construída sobre os moradores destas comunidades.

De tanto ouvirem se si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 2016, p. 69)

Uma das formas de resistência comunitária a essa situação é desnudar as ações coletivas em curso nas comunidades, além de fomentar novas ações. Um dos antídotos ao antialogismo é a mobilização, que por sua natureza exige o diálogo daqueles que participam e tencionam o diálogo com outros. Mas a intervenção social dialógica não se resume ao diálogo por si, mas sim o diálogo que produz prática.

Assim, com o suporte de uma companhia teatral (Árvore Casa das Artes), foi discutido e implementado uma horta comunitária em parceria com o CMEI Carlita Correa Pereira, escola municipal que atende crianças de 6 meses a 6 anos e faz parte do território da Piedade.

¹⁴Segundo Lima (2022) “O cansaço diante do não atendimento das pautas, as lutas sendo invisibilizadas, faz parecer que os moradores não tem interesse nas discussões coletivas sobre seus direitos sociais, e ainda como detrimento deste quadro presenciamos algumas vezes a postura de representantes públicos, nas reuniões que acompanhamos os seguintes dizeres: “Eles não sabem o que querem!” (LIMA, 2022, p. 67).

A horta, além de cumprir uma função como atividade interdisciplinar, começou a atrair os moradores e propiciar rodas de conversa durante o trabalho manual. Os/as estudantes da escola passaram a realizar visitas guiadas pelos artistas do grupo por todo bairro, sendo apresentado a eles, espaços da comunidade. Esta ação quebrou um jejum de anos em que as crianças do CEMEI Carlita não faziam visitas a própria comunidade por conta do contexto violento.

Fotografia 3 – Visita de alunos ao bairro Piedade, guiada por grupo teatral (sendo um dos artistas extensionista do projeto), ano de 2019



Foto: Acervo pessoal dos autores. Foto tirada em 2019.

As ações iniciais despertaram interesse em outros grupos interessados no apoio à comunidade para a transformação social. Assim, outra companhia circense se instalou no Morro da Piedade e a ação da horta se ampliou para outras atividades. Criou-se o Coletivo Circo na Floresta e este coletivo passou a interagir de forma contínua com a comunidade através de eventos mensais com apresentações teatrais, exibição de filmes, feira de trocas e oficinas artísticas. O grupo também passou a ser presente em todas as reuniões do movimento comunitário, criando novos estímulos à participação e mobilização na Piedade.

Durante estas intervenções foi possível observar que ao final dos encontros, os moradores reunidos e livres para expressar suas opiniões, começaram a discutir os problemas do bairro. Estes momentos de encontros atestaram que este formato de intervenção nos mostrou que todas as possibilidades de encontro são potentes e propícias às intervenções educativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas periferias brasileiras o silenciamento das lutas e resistências bem como o apagamento das histórias e trajetórias de populações, são muros simbólicos que atentam contra as mobilizações comunitárias. As investigações em torno da engenharia social de opressão, operada a partir da manipulação do medo, têm mostrado que a representação social do asfalto, tratada aqui como hegemônica, em relação ao morro possui relevância considerável para os processos de mobilização. A negação da existência nesses espaços opera em duas dimensões não excludentes entre si: a dimensão material, por meio da negação aos elementos mais básicos da existência humana – habitação, segurança alimentar, saneamento básico, etc; e a dimensão simbólica, por meio do apagamento social de memórias, não reconhecimento de traços culturais específicos, impossibilidades de manutenção da própria existência simbólica amparada pela ausência de aparelhos públicos de lazer e cultura, entre outros.

As comunidades, contudo, não observam passivamente esse contexto. Se mobilizam. Trabalham coletivamente. Empreendem esforços. Nosso projeto de extensão buscou potencializar as experiências locais e alcançar parceiros para ampliar o repertório social dessas periferias. Aprendemos e reaprendemos uns com os outros – extensionistas e moradores – a considerar que medidas de intervenção são necessárias, mas também exigem cautela. Não cancelar a premissa, bastante presente, de que o conhecimento deve ser transmitido a partir da academia para a comunidade, sem considerar os saberes que circulam na própria localidade. Por isso, as intervenções a partir do dialogismo freiriano, observadas as energias sociais endógenas – talentos verificados na própria comunidade – e exógenas – aqueles externos à comunidade. Assim, se torna um caminho viável para mobilizações visando a transformação coletiva, de forma autônoma por parte das periferias.

Apresentamos aqui algumas das ações coletivas realizadas, com as pessoas das comunidades. A partir dos diagnósticos comunitários, foram agregadas energias sociais para buscar transformações. A mobilização comunitária parece ser um caminho para alcançar o rompimento das amarras alienígenas que oprimem as populações periféricas. Defendemos que essa é uma forma para atingir a emancipação social.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA, Nº 0027165-24.2018.8.08.0024 VARA DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, MUNICIPAL, REGISTROS PÚBLICOS, MEIO AMBIENTE E SAÚDE, DA COMARCA DE VITÓRIA/ES, defensores: Maria Gabriela Agapito da Veiga Pereira da Silva, Vinícius Lamego de Paula,

Rafael Mello Portella Campos, Mariana Andrade Sobral, 10 de setembro de 2018.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 6^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. E-book: 2003. p. 25. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

GUIMARÃES, Ariane Lucas. **Memorar é (re)existir**: ocupação e vivência em Jesus de Nazareth em busca da emancipação social. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes, Campus Vitória. Vitória/ES: 2021, 174 fls.

MENEZES, Marlucci; RAMOS, Tânia Beisl. Da periferia a partir da invenção de uma certa ideia de insegurança: o caso do bairro de Chelas em Lisboa. In: CUNHA, Neiva Vieira da; FELTRAN, Gabriel de Santis. (orgs). **Sobre periferias**: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013, pp. 190-218.

LIMA, Vanessa Darmani. **Diálogos para pensar práticas coletivas**: intervenções sociais e vivências coletivas no morro da Piedade em Vitória, Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes, Campus Vitória. Vitória/ES: 2022, 175 fls.

MÉZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, L.; SGARBI, A. Escola e comunidade: pesquisa e extensão em busca da cidadania emancipatória. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 9, n. 3, p. 135-146, 25 dez. 2018.

Conceituação	Metodologia	Software	Validação	Análise formal	Investigação	Recursos
[1]/[2]/[3]	[1]/[2]/[3]	-	-	[1]/[2]/[3]	[1]/[2]/[3]	[1]
Curadoria	Primeira redação	Revisão/edição	Visualização	Supervisão	Admin. projeto	Financiamento
-	[1]	[1]	-	[1]	[1]	-